



CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Ata da Sexagésima Nona Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 20(vinte) de outubro do ano 2016(dois mil e dezesesseis).-----

Às dez horas do dia 20(vinte) de outubro do ano de 2016 (dois mil e dezesesseis) sob a Presidência em exercício do Vereador Vanderlei Rodrigues Bento e com a ocupação da Primeira Secretária pelo Vereador Eduardo Correa Kita, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Achilles Almeida Barreto Neto, Adriano Guilherme de Teves Moreno, Celso Caetano de Miranda, Emanuel Fernandes Freire da Silva, Jefferson Vidal Pinheiro, Luis Geraldo Simas de Azevedo, Rodolfo Aguiar de Faria e Vinicius Correa. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir o Senhor Presidente após o cumprimento do rito regimental solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que constou do seguinte: INDICAÇÃO Nº 97/2016 - VEREADOR JEFFERSON VIDAL PINHEIRO, ASSUNTO: Solicita ao Exmo. Sr. Prefeito a limpeza do Bairro Morubá. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna aos oradores inscritos. Ocupou a Tribuna como primeiro orador inscrito o Vereador Adriano Guilherme de Teves Moreno, que inicialmente saudou a todos. Em seguida, disse que fizera uma campanha pobre, com vinte segundos de transmissão na televisão. Disse ainda, que estava chateado com comentários de seus oponentes políticos nas mídias. Enfatizou, que um deputado afirmara que ele era "filhote" do atual prefeito, mas, que seu pai era um funcionário aposentado da Álcalis e sua mãe uma professora aposentada do serviço público das séries iniciais. E ainda, que era médico havia vinte anos e que sua casa fora comprada através de financiamento da Caixa Econômica Federal, ao contrário do deputado que tentava denegrir sua imagem. afirmou que o mesmo, apesar de morar em um apartamento defronte à praia, avaliado em cerca de quatro milhões de reais, declarava seu patrimônio de apenas seiscentos mil reais. Disse que, o mesmo tinha quinhentos e quatro processos, adquiridos no decurso de sua vida pública e não admitia ser caluniado daquela forma. Reiterou que, o citado deputado se mostrava sem o mínimo respeito por ninguém e ao invés de ficar tentando denegrir sua imagem deveria descer do palanque e tentar limpar o seu próprio nome. Agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou a Tribuna o Vereador Celso Caetano Miranda, que inicialmente saudou a todos. A seguir, disse que quando um deputado usava a televisão local para atacar quem quer que fosse, deveria primeiramente olhar para sua trajetória política, que no passado integrara um grupo político que enriquecera e levava Cabo Frio ao caos em que estava. Disse ainda, que o ex-prefeito José Bonifácio deixara a Fazenda Campos Novos, com vinte nove matrículas de gado e diversos maquinários, mas, que na atualidade os bezerros que sobraram estavam magros e subnutridos. Prosseguindo, disse que a justiça deveria ser para todos e que estavam ocorrendo prisões de vereadores que distribuíram dentaduras, mas, que em Cabo Frio roubava-se milhões e não havia ninguém preso. Disse, que a incapacidade e a falta de carinho levaram Cabo Frio à falência. Ressaltou,

P

que o deputado falara inclusive dos campistas que viviam em Cabo Frio, o que era um grande disparate, já que os campistas ajudaram erguer a cidade. Agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para a Ordem do Dia. Nesta etapa, foi aprovada a Indicação n. 97/2016. Terminada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna para a Explicação Pessoal. Em Explicação Pessoal, o Vereador Aquiles Barreto, sugeriu que fosse feito um mutirão do Legislativo, para que não houvesse nenhum projeto de lei engavetado na Casa, já que era muito importante para Cabo Frio que tais projetos fossem votados e se fosse o caso, sancionados, pois, todos visavam beneficiar o povo. Falou sobre a importância de que fosse discutida a lei orçamentaria do município, visto que caso a mesma não fosse votada os funcionários do município ficariam sem receber seus salários. Assim, o foco deveria ser a educação, a saúde, o pagamento dos funcionários e não embates sobre assuntos que não levariam a nada. Agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à apreciação Plenária, aprovada, será lavrada para que se produza seus efeitos legais.

VOC